

## CAPITAL.

### PREÇOS ADIANTADOS.

Por um anno..... 80000  
Por seis mezes..... 40000

## O CORREIO PAULISTANO— é propriedade de Marques & Irmão.

Publica-se nas terças e sextas-feiras, não sendo dias-sanctificados  
Subscrova-se no escriptorio da Typographia IMPARCIAL, rua do Ouvidor n. 46.  
Os annuncios dos assignantes tem inscricao gratuita até 10 linhas.

## INTERIOR.

### PREÇOS ADIANTADOS.

Por um anno..... 100000  
Por seis mezes..... 50000

## ASSEMBLEA PROVINCIAL.

(Continuação da sessão de 9 de abril.)

O Sr. TAQUES:—O Sr. Elliot é um habil engenheiro, mas o seu ajudante, segundo me consta, (e não é opinião singular) não tem habilitações para ganhar dinheiro.

O Sr. ROZA:—Além da passagem.  
O Sr. TAQUES:—Se ambos estes engenheiros percebessem igual quantia e fossem iguaes em habilitações, eu concordava que o contrato não era oneroso. Os vencimentos devem ser correspondentes á capacidade dos individuos; assim não aconteceu, como scabo de dizer e a assemblea não duvida; o ajudante do Sr. Elliot não pôde ser considerado como engenheiro habil.

O Sr. R. DE ANDRADA:—Não pague o innocente pelo culpado.

O Sr. TAQUES:—Não é só o preço do contrato a unica circumstancia que faz com que eu o considere oneroso. Basta que o nobre deputado considere uma circumstancia. O engenheiro tem direito de representar ao presidente da provincia contra qualquer outro do paiz que lhe seja adjunto; e desde que apparecer qualquer reclamação contra algum engenheiro do paiz, a pretexto de estorvo ou inconveniencia o governo é rigorosamente obrigado ipso facto a substituí-lo. Esta theoria, senhores, de primeira vista, é perigosa. Entretanto o Sr. Sergio Teixeira de Macedo não trepidou em sancioná-la no contrato. Vejamos um exemplo. Supponha-se que o governo tem de mandar examinar a estrada de Jundiaby, de cuja exploração se trata actualmente, supponha-se que não confia cegamente na probidade do engenheiro estrangeiro, e o faz acompanhar de um engenheiro do paiz, e algum desses engenheiros probos que nós temos.

O Sr. NEBIAS:—Até isso é necessario para interpretar.

O Sr. TAQUES... do Sr. Porfirio, do Sr. major Monteiro, ou do Sr. Gomide. Este homem occupa uma posição fiscal sobre a conducta do engenheiro estrangeiro: este, senhores, tem toda a facilidade de descartar-se desse importuno fiscal: não tem mais do que reclamar contra a sua presença perante o governo da provincia; preterirá alguma cousa...

O Sr. NEBIAS:—Qualquer estorvo, diz o contrato.  
O Sr. TAQUES... e o governo hade distinguir esse nosso engenheiro; isto está expresso. Fica pois livre o engenheiro inglez de commetter qualquer malversação de que o não julgo capaz, pois que, sei, são homens muito probos. Trago este exemplo para justificar que semelhante condição não devia ser acolhida em Londres pelo procurador brasileiro, perigosa como se vê.

Além disso temos ainda, que elles ficão com direito a carruagens, ou a qualquer outro meio de condução quando se mettem em jornada. Creio que com estas simples descripções do contrato todos nós nos convencemos de que o Sr. Sergio Teixeira de Macedo é o unico culpado da emergencia com que neste momento a assemblea luta. E, se não, attenda-se: Se o presidente da provincia designar os engenheiros para o fim que o Sr. Saraiva indicava, é evidente que o cofre provincial não tem meios para pagar as despesas occorrentes. Supponhamos que elles tem de fazer a exploração da estrada citada: esta exploração será feita em 2 ou em 3 mezes: supponhamos que estes homens pedem 12 annos para a condução de suas pessoas, e bagagem, barracas, instrumentos etc. A quanto monta esta despesa? Senhores, hontem eu tive occasião de fazer este orçamento com um homem entendido: semelhante despesa hade subir á mais de 3:500:000.

Agora ajuntem os nobres deputados a importancia dos ordenados destes engenheiros, e tambem os correlarios do contrato, isto é, ajudas de custo e tudo que se vai comprando por seus pedidos, e pedidos fundados nesse contrato e vejaão que enorme quantia não se teria de despendar.

Senhores, daqui eu tiro presumpção (que é sómente minha), o governo provincial não terá ordenado que estes engenheiros partaão para o interior da provincia porque recebe a grande despesa que isto teria de pezar sobre os cofres já exhaustos da provincia.

O Sr. Q. TELLES:—Apoiado; nesta parte tambem penso como o nobre deputado.

O Sr. TAQUES:—Senhores, entendo tambem que por nós não será muito airoso fazer-se a rescisão do contrato immediatamente, sem conhecer o pensamento do Sr. Almeida, pensamento administrativo. Nestas circumstancias occorreu-me a medida que apresentei. Julgo que devemos perguntar ao governo se convém a rescisão do contrato por ser onerosissimo occupar os engenheiros no interior. Se for verdade que estes engenheiros não são applicaveis ao serviço meditado pelo Sr. Saraiva, o governo fica na rigorosa obrigação de declarar muito franca e lealmente que a rescisão do contrato é conveniente, pois para os simples trabalhos da capital elles são dispensaveis.

O Sr. ENGRADO:—Se elles quizerem.

O Sr. TAQUES:—Está entendido; é juridico: todos nós sabemos que a rescisão de um contrato só pôde ter lugar, havendo uniformidade de vontade entre as partes contratantes quando cumprem as condições estipuladas.

O Sr. Almeida fica rigorosamente obrigado, como diz, a declarar leal, e francamente a assemblea, que a despesa em que importa a jornada destes engenheiros para o interior da provincia, é muito superior ás forças do cofre provincial, que por isso não os destina para ahi, que por conseguinte convém a rescisão. E' este um segredo de administração, segredo que está de posse o actual Sr. vice-presidente da provincia. Como a assemblea lhe tem prestado confiança, entendi que não errei, rogando se ouvisse a sua opinião. Não é uma idéa servil ouvir o governo em todo e qualquer acto, é unicamente para que seja ouvido em uma

questão de facto, em uma questão cujo segredo é todo seu. E' este o fundamento do meu requerimento: resolva a assemblea.

O Sr. NABIAS:—Parece-me que posso fundamentar mais largamente a opposição que faço ao requerimento do adiamento seguindo o exemplo e methodo adoptado pelos nobres oradores que me tem precedido, e foi por isso que me adiantei a pedir a palavra quando muito pouco terei a dizer com relação a esse adiamento.

Sr. presidente, não é minha intenção accusar ao Sr. vice-presidente da provincia para defender aos engenheiros, nem accusar os engenheiros para defender ao Sr. vice-presidente. Parece-me que não é preciso collocar a questão neste terreno para dar-mos uma sahida qualquer a este negocio, para cada um justificar o seu voto pró, ou contra o adiamento; pró, ou contra a clausula que vem na verba respectiva do orçamento.

Tenho ouvido alguns clamores, não só relativos aos trabalhos dos engenheiros inglezes contratados, como mesmo á sua capacidade profissional: nem sou eu só que tenho sentido o resultado desses clamores, ou da má direcção que temos observado neste ramo de serviço publico. Poderia entrar aqui em uma historia mais extensa a respeito desses engenheiros, quanto á sua capacidade, poderia citar alguns factos que por ahi geralmente se contam: mas já disse, não quero considerar a questão de baixo deste ponto de vista; poderia eu dizer que corre como certo, que esses engenheiros, em alguns planos ou consultas, que tem dado ao governo, sobre obras que não são da ultima importancia, tem commettido erros.

Para exemplo apontarei a obra muito comensinha da ponte do Carmo e seus paredões. Dizem-me que houve ahi defeito muito notavel, partisse elle de que circumstancia partisse, a respeito de orçamento e avaliação desta obra, e creio que mesmo sobre o seu systema. A assemblea poderá saber melhor do que eu, ou tanto como eu, se é verdade que esses engenheiros da primeira, ou da segunda, ou da terceira vez, como disse o nobre deputado meu companheiro da commissão, acertaram no orçamento que apresentaram, ou se é justificada essa differença que se nota, entre a sua opinião, e o preço real e difficuldade da obra. Ouvi dizer que avaliaram muito baixo o custo dessa obra, ou fosse por confiarem no estado anterior della, como observou o meu illustre companheiro da commissão, ou fosse por desconhecem certos elementos proprios do nosso paiz, ou fosse por quererem desta maneira evitar a concorrência de alguns arrematantes; o facto é, e não lhes faço uma censura injusta, que a ponte do Carmo ou esse paredão foi avaliado por engenheiros profissionaes que vieram da Europa, primeiramente em 500:000 rs., e depois gradualmente em quantia maior mas ainda assim muito inferior á metade do custo da mesma obra; de maneira que estou, até mesmo officialmente informado que já se tem gasto nesta parte tres contos e tantos mil reis, e ainda se tem de gastar muito dinheiro.

O Sr. A. DOS SANTOS:—Tem-se gasto 2:200:000 rs., não comprehendendo a quantia de 1.200:000 rs. que se dependeu com a compra dos instrumentos.

O Sr. NEBIAS:—Não estando esta obra em seu termo será necessario gastar talvez mais 2.000:000 rs., ficando ella assim na importancia de 3 á 6.000:000 rs., além de custar muito cara a administração do Sr. Elliot e do seu companheiro que estão ali dirigindo a obra, cuja despesa anda em um conto por mez. E assim o concerto da ponte do Carmo, cuja despesa foi primitivamente orçada em 500:000 rs.: importará em 10.000:000 rs. ou mais ainda. Não quero entrar em alguns detalhes, como fez o meu nobre companheiro da commissão; para accusar, nem para defender aos engenheiros; se eu quizesse poderia dizer que era obrigação destes engenheiros, desde o momento em que se deram aos trabalhos do primeiro exame observar a declinação do muro, ou paredões, a corrente das aguas, a sua influencia sobre a obra que ali se tinha de estabelecer, para desde logo fundarem uma opinião professional, não servindo de desculpa a um engenheiro habil e distincto as differentes épocas em que examinou uma obra que desde o principio estava arruinada e incapaz de qualquer aproveitamento; mas em fim não quero instituir uma discussão sobre este ponto com especialidade.

Ouvi tambem dizer que ha defeito muito saliente na consulta e parecer desses engenheiros acerca dessa grande necessidade de agua potavel que tem de ser encanada para esta capital. Profissionaes, que não eu, tem entendido, desde muito tempo e não de agora, que esses engenheiros não tem procedido até segundo as regras da sciencia, que nem so menos tem observado os preceitos e consequencias de um nivelamento regular. E tanto quanto cabe em nós, segundo nosso alcance visual tem-se-me dito que a agua da Cantareira, está em um lu-

gar muito superior á parte mais elevada desta cidade, e que no entanto elles declararam já, que não era possível o encanamento daquelle agua para servir aos habitantes desta cidade. Não sei se isto é exacto, não sei se esses engenheiros erraram, não sei se elles tem outros recursos melhores para tirarem seus nivelamentos e para darem a conclusão final do seu trabalho.

O Sr. Q. T. JUNIOR:—Quem será o juiz dessa questão de encanamento da agua da Cantareira?

O Sr. NEBIAS:—Certamente ha de ser algum engenheiro superior que tenha de vir da Europa. Já vai apparecendo a necessidade de uma gradação na engenharia da provincia.

E' pois natural que tenhamos de chamar para aqui um outro engenheiro superior ao Sr. Elliot para decidir esta questão que apparece entre elle, e quem sabe se outros engenheiros da provincia.

O Sr. A. DOS SANTOS:—E' preciso saber de que obra elle fallava, porque a agua pôde ser levada por meio do repucho, a uma grande altura.

O Sr. NEBIAS:—Eis do que me queixo. Segundo me dizem não são poucos conhecimentos muito especiaes para trazer a agua da Cantareira aos habitantes desta cidade: um curso ou encanamento natural, com mais, ou menos declive, creio que será bastante, e para isto não se precisa de grandes machinas.

O Sr. A. DOS SANTOS:—Não entendo assim.

O Sr. NEBIAS:—Não sou professional, não tenho conhecimentos para apreciar essa divergencia que apparece entre homens da sciencia.

O Sr. Q. T. JUNIOR:—Eu li somente a censura e não a defeza dos engenheiros.

O Sr. NEBIAS:—Deixando este lado um pouco melindroso da questão, para justificar o § da commissão tenho outras razões que em parte bebi, mesmo na discussão que tem havido na casa, e em grande parte na declaração do proprio Sr. Elliot que se acha inserida no jornal que publica os nossos debates, e que acaba de ser distribuido.

Não sei se poderemos autorisar o adiamento proposto pelo nobre deputado para que se consulte ao governo sobre a conveniencia de serem conservados estes engenheiros na provincia, não sei se poderemos esperar daqui um resultado que nos oriente. Creio que o nobre presidente da provincia já emittio muito claramente a sua opinião no relatório acerca do trabalho e necessidade destes engenheiros: por ahi pois supponho que nada mais nos poderia vir de novo para orientar-nos na presente discussão.

O Sr. Q. T. JUNIOR:—Apoiado.

O Sr. R. DE ANDRADA:—Pôde explicar-se com mais minuciosidade; no relatório fallou em geral.

O Sr. NEBIAS:—Ha de por exemplo, o vice-presidente da provincia dizer que julga necessaria a conservação destes engenheiros na provincia por muito maior espaço de tempo, e que elles não têm tido occasião ainda de darem provas de si, de fazerem qualquer serviço no interesse commum? Se disser isto diz aquillo que já consta de seu relatório, e aquillo que já tem apparecido na casa em defeza destes engenheiros por occasião da discussão deste §. Não podemos esperar do vice-presidente da provincia uma solução contraria, não ha de elle certamente vir dizer á assemblea que os engenheiros inglezes são inuteis, que já tem conhecido por experiencia que não prestam serviços convenientes á provincia. Não espere isto, por que vejo consagrado um juizo opposto no relatório pensado e circumspecto do Sr. Dr. Almeida. Não poderá tambem o vice-presidente da provincia justificar-se, em defeza dos engenheiros, com a interinidade da sua administração, por que ainda que essa razão, podesse estorvar grandes obras de altanco de subida despesa, de elevados planos, que dependessem de muito tempo, de muito exame, o de um systema certo e seguido de uma só administração publica. Creio que a assemblea não poderia aceitar esta desculpa, por que sabe-se que o Sr. Saraiva tinha o seu pensamento fixo, já havia dado instrucções previas a este respeito, instrucções que constam até do contrato que foi celebrado com estes engenheiros, já tinha um plano formulado de obras publicas na provincia, e o Sr. vice-presidente foi de proposito escolhido para ficar presidindo a provincia por ser um continuador fiel e consciencioso da administração que estava traçada pelo Sr. Saraiva.

Assim pois, a interinidade do vice-presidente da provincia não poderia justificar a interinidade do emprego destes engenheiros, a demora dos grandes beneficios a que elles eram destinados a fazer á provincia mediante vencimentos tão altos.

Deixemos porém este lado da questão, Sr. presidente, ainda temos outras considerações que julgo de muito peso, e que em mim influiram muito para concordar e assignar esta clausula que vem no § em discussão. Note a assemblea que a provincia tem gasto já em pura perda com

estes engenheiros cerca de 20:000:000 rs., e até hoje não tem tirado o menor proveito, não tem colhido um serviço que possa dar uma esperança de qualquer indemnização. (Apoiados.) Seja a culpa de quem for, não faço aqui o processo da responsabilidade da ninguém; não é isto necessario para o meu caso.

E nós havemos de ver escoar-se assim o dinheiro da provincia q' tanto custa a colher dos nossos productores para não se dar nem so menos a esperança de um beneficio mais ou menos proximo, aos nossos comprovincianos?

Srs., pelo que tem-se passado no presente anno com estes engenheiros, com esta applicação phantastica de suas altas habilitações, vejo que podíamos passar muito bem sem elles.

O Sr. ROSA:—Apoiado.

O Sr. R. DE ANDRADA:—Porque a assemblea provincial autorizou ao governo a contractar taes engenheiros?

O Sr. NEBIAS:—Este argumento para mim não vale nada. Em todo o caso não podemos estigmatizar um acto que por ventura não fosse bem pensado de qualquer administração, ou legislatura: é um argumento não sei de que força *ad hominem*, que não pôde ter muito cabimento em uma assemblea deliberante que está todos os dias em movimento, em progresso.

O Sr. R. DE ANDRADA:—Se se livesse mudado o pessoal da assemblea, bem.

O Sr. NEBIAS:—Então a maioria que tomou essa deliberação não pôde, com a dolorosa experiencia, mudar de opinião?

O Sr. Q. TELLES:—Apoiado; quando demos assim o nosso voto esperavamos outro resultado.

O Sr. NEBIAS:—O que eu digo é que não são necessarios os trabalhos desses engenheiros, que já temos gasto durante um anno com seus ordenados, com o adiamento que se lhes fez para suas passagens, com o estabelecimento da sala do archivo, e outras despesas cerca de 20:000:000 rs., o que a provincia nada tem colhido em resultado, seja ou não, por culpa dellos. Em ultima analyse temos unicamente na ponte do Carmo o seu paredão, obra que podia ser feita por qualquer dos nossos mestres pedreiros; e quando offerecesse mais alguma difficuldade, quando precisasse de um orçamento, ou de um calculo mais elevado, esse trabalho poderia ser feito muito bem pelos engenheiros civis que existem na provincia, e que se occupam em grande parte, no serviço da capital. (Apoiados.)

O que mais tem colhido a provincia? O vice-presidente declara no seu relatório que os tem occupado em pequenos assumptos de suas profissões, e elles mesmos confessão isto tambem. Assim pois, Sr. presidente, tenho para mim que ao menos no curso actual das cousas, não era necessaria esta despesa extraordinaria com que a provincia está carregando.

O Sr. TAQUES:—Mas elles não vieram para ficar na capital.

O Sr. NEBIAS:—Qual era o fim principal deste contracto? Segundo vejo em suas condições e no manifesto que elles fizeram pela imprensa, o fim era importantissimo para a provincia, era para que elles tirassem uma cotographia com relação, ás estradas, seus nivelamentos, e suas melhores direcções; mas elles mesmos confessam que não estão dispostos a encetar essas explorações previas, porque lhes falta o tempo; dizem que para realizarem este fim grandioso do seu contracto, teriam necessidade de estarem occupados por espaço de 30 annos. Eis aqui a declaração que fazem, e que vou ler muito do proposito, pedindo ao Sr. tachygrapho que a transcreva. Diz o Sr. Elliot:— Não conheço a extensão da somma das

estradas da provincia; mas penso que elle não será menor do 1000 legoas, e suppondo que façamos 100 legoas por anno, da carta com o nivelamento necessario, bem pódo V. Ex. ver o tempo de que precisamos para a sua conclusão; e depois disto para projectarmos o orçamos novas estradas, e para levantarmos a sua carta, precisaremos pelo menos do duplo deste tempo. Para o 1º serviço segundo o calculo do Sr. Elliot serão precisos 10 annos, e para o 2º pelo menos o duplo deste tempo; de maneira que hade a provincia esperar por um resultado que só pódo apparecer completo no fim de 30 annos, por que estes Srs. são muito escripturarios e pontuaes, como é a nação ingleza. Ora, vê-se que só depois de 30 annos, é que estes engenheiros poderão apresentar um resultado de seus trabalhos, para que a provincia comece a gozar do melhoramento das estradas.

O Sr. RIBAS:—Tudo isto é com quem fez o contracto.

O Sr. RIBAS:—Heide occupar-me deste ponto. Vejo que estes engenheiros fallou, como devem fallar, são homens que tem uma reputação; que conhecem a gravidade do contracto que fizeram, e por consequente não haviam de facilitar um trabalho que pesa sobre elles, para não desompenhal-n.

Estes engenheiros não tem reputação somente no Brasil, a tem tambem na Europa, e não a querem perder, em lhes fazer a devida justiça, mas somente digo que a provincia não pódo esperar 30 annos para obter o melhoramento que a assembleia passada teve em vista, nem está habilitada para fazer essa despeza exclusiva por espaço de tantos annos com esses engenheiros assim contractados.

Rasão pois teve a commissão para inserir neste paragrapho que o contracto desses Srs. terminé definitivamente em abril do anno que vem. Eu, Sr. presidente, não vejo que nós possamos passar por velhacos, quando reconhecemos que o contracto d'esses engenheiros finda em abril do anno que vem e consignamos fundos para o governo provincial cumprir a obrigação que bem ou mal contrahiu.

Disse o nobre presidente desta assemblea que seria um máo precedente o um grande mal para o futuro da provincia. Não penso assim; máo precedente não pódo ser, quando tratamos de cumprir exactamente a parte do contracto que nos diz respeito, da mesmo modo porque temos sempre procedido para com muitos estrangeiros que tem vindo prestar á provincia o socorro de seus serviços. A assemblea até hoje não pódo ser taxada de fraudulenta.

Resultaria talvez, Sr. presidente, um outro mal de não continuar o contracto desses engenheiros depois de abril do anno que vem, ficarem elles pouco satisfeitos, e talvez quem sabe se julgassem feridos em sua dignidade. Mas isto não é culpa nossa; d'aqui não resultaria mal para a provincia, e antes resultaria um bem, porque, quando se fizesse qualquer contracto na Europa (e fallo sempre em supposição acerca destes Srs. não dou meu juizo definitivo a respeito delles); quando se concluisse qualquer contracto na Europa por conta da provincia, o engenheiro que della recebesse 8, 10 ou 12 contos do réis, havia de ter muito cuidado em assignal-o, havia de lembrar-se que em S. Paulo não se admittem imposturas; que o engenheiro que vem para cá e não serve cabalmente, é mal recebido pela provincia, como quem sabe se será interpretada a despedida do Sr. Elliot. Seria pois um mal para elles, e não para a provincia. Nem penso o nobre deputado que com este procedimento nos hade fallar na Europa quem venha ganhar o nosso dinheiro. Formigam lá os homens habilitados, e nem sempre tem grandes occupaões. Só em alguma crise é que todos tem que fazer, como aconteceu em 1845, nesta febre de estradas de ferro que se deu na Inglaterra. Então tudo subiu, o preço dos materiaes, o preço do ferro, o serviço dos simples operarios, e as gratificações dos engenheiros; um engenheiro de habilitações superiores era contractado para diferentes linhas. Mas essa época

não volta, porque a experiencia custou caro a Inglaterra nessa occasião; o nobre presidente sabe q'por essa mesma abundancia e cruzamento de linhas as companhias tiveram muitos prejuizos. Deceeu o rendimento das empresas, e por consequente a valôr das accões.

Não estou fazendo já a despedida do Sr. Elliot, não dezojo desacreditá-lo, nem lançar-lhe uma reprovção. Quem sabe se no 2º anno do seu contracto terá occasião de desenvolver seu prestimo o talento a bem da provincia? O que é verdade é que até hoje desconhecemos tudo; se não podemos julgar mal delle, tambem não podemos julgar bem; se não podemos desconfiar delle, tambem não podemos esperar grandes cousas. Talvez que nesse anno que falta elle dê grandes provas de si, e então a assemblea provincial e o governo da provincia estarão inibidos de reconhecer a grande necessidade desses engenheiros, a sua bella intervenção a bem das nossas estradas e de outras cousas até para o uzo da vida? Acaso a assemblea não poderá entrão autorisar a continuação desse contracto decretando fundos para isso? Certamente que sim.

Srs., eu vejo o proprio Sr. Elliot mostrar-se pouco disposto a continuar a servir a provincia; elle apenas quer um serviço temporario para esses dez ou dose mezes que faltam para concluir seu contracto; diz que tem reclamado ao presidente da provincia, pelas razões de que ha pouco me servi, que não pódo com o limitado tempo do seu contracto, entrar em grandes planos como desses que constam das obrigações a que se sujeitam.

Eu, Sr. presidente, tambem dezojo muito concorrer com o meu fraco contingente para o progresso da nossa provincia.

Sou entusiasta das estradas de ferro; dezojaria que este futuro se aproximasse muito de nós; mas desde já havemos de manter na provincia um engenheiro que accidentalmente veio para talvez servir nas estradas do ferro segundo veja n'uma clausula do seu contracto? Não era esse o fim principal do seu engajamento e de sua viagem ao Brasil; e por isso talvez não seja o mais habilitado para se tornar um fiscal rigoroso e competente dos interesses provinciales na futura linha que se projecta de Santos ao Rio Claro. E desde já teremos obrigação de manter um engenheiro por um preço tão alto na simples expectativa do empregal-o em um serviço que está ainda bem longe de nós, e que eu dezojaria como ha pouco disse, que se aproximasse dos nossos dias? Não vejo necessidade de tanta antecipação; em tempo opportuno havemos de achar na Europa, não só na Inglaterra, na França, na Belgica e na Alemanha, paizes que estão cruzados de estradas de ferro, muita gente com conhecimentos profissionais, theoreticos e praticos, que venham para o Brasil; tanto mais que estamos e estaremos sempre dispostos a gratificar bem um serviço oneroso que demanda grande applicação, grandes estudos e um talento especial.

Srs., as observações que tenho feito tendem a mostrar que rasão teve a commissão para não deprimir os engenheiros, para não servir-se dessas accusações que por ahí se lhes fazem todos os dias, mas para pedir zelosa pela economia dos dinheiros publicos, para propor que a provincia se desembarace dessa despeza com que tem carregado inutilmente, e com que inutilmente carregaria por muitos annos, porque os Srs. engenheiros declararam ellos proprios que não podem satisfazer os importantes fins a que vieram, salvo se se demorarem aqui por espaço de 30 annos; e nós precisamos estradas para o café que se está colhendo e não para o que se hade colher d'aqui a 30 annos; precisamos de estradas para nós e para as gerações que se forem succedendo; as gerações futuras terão grandes meios para acudirrem as suas necessidades servindo bem a provincia, e cuidado do resto.

O Sr. Q. TELLES:—Muito bem.

O Sr. NEBIAS:—A clausula que vem no orçamento poderia em parte ser justificada por mim como membro da commissão com esses máos resultados que ahí vagamente constam dos serviços desses engenheiros; mas estou longe de o fazer; sustento muito tacitamente e com muito bba fé que se descarregue a provincia desse peso antes de findar o contracto, se isso for possivel, porque dessa quantia enorme que pesa sobre a provincia não temos tirado proveito algum. Eis o pensamento da commissão estabelecendo essa clausula.

Respeite-se o contracto; fosse bem ou mal celebrado, com zelo ou má vontade pelo ministro do Brasil em Londres, a provincia quer respeitá-lo em honra e de feza desta assemblea e do governo. A provincia não quer passar por uma corporação de velhacos, de homens de má fé; quer mesmo com muita susceptibilidade respeitar propostas que ella não autorizou, mas que se viu na necessidade de confirmar. Ora, quando tão benignamente se pódo entender o paragrapho da commissão, não vejo porque motivo levantou-se tanta celeuma.

Demais, se fazemos aqui nossas observações, se entendemos que os engenheiros não podem prestar muito proximoamente o serviço necessario á provincia, não autorizamos que sejam despedidos logo, porque isto depende d'elles, que por outro lado tem a garantia de seus contractos; nós apenas queremos isso no caso de ser possivel, visto que elles tem de gastar seu tempo assim, provavelmente, sem se applicarem a uma obra, a uma estrada, a um melhoramento completo para a provincia, como elles mesmos reconhecem e acabam de declarar na sua exposição. Para essas obras interinas e de pouca monta não era preciso pagar-se um conto de réis por mez a esses engenheiros; para isto tinhamos habilitações de sobra na provincia.

Foi pois fundado nessas razões que aventurei a clausula que tem sido combatida, e quando fosse aceita não resultaria desdouro nem prejuizo para a provincia, porque esses engenheiros podem dizer de sua parte, queremos rescindir o contracto, porque vemos que não temos tempo de prestar e concluir o serviço para que fomos contractados, e não queremos estar ganhando tanto dinheiro quanto a provincia nos paga, sem poder recompensal-o com os nossos serviços diarios; aceitamos a rescisão do contracto, porque ficamos mal que estejamos comendo um conto de réis por mez sem prestar a esta provincia que nos mandou contractar, um serviço correspondente a esse dispendio. Disse-ram-me até que elles tem vontade de retirar-se, de acabar com o seu contracto; e não sei se estou bem informado, mas parece-me que de uma correspondencia official do governo da provincia que appareceu em outubro ou novembro do anno passado no jornal que publica os actos officiaes, consta mesmo isso, consta que elles tiveram vontade de acabar o seu contracto ou por não poderem servir como entendem ou por dificuldades que apparecem, ou porque podem ter um emprego mais vantajoso, não digo em seu paiz, mas no nosso, na corte por exemplo, onde já estão em andamento as vias de ferro.

Como considerei tudo isto, e como vi q' a provincia devia tomar a este respeito como a respeito de outros assumptos, uma medida q' nos tirasse de uma situação illusoria, entendi que muito decentemente podia introduzir no paragrapho que trata dos engenheiros essa clausula, e redigil-a d'um modo facultativo, porque se o presidente da provincia entender que o serviço desses homens é necessario, que elles devem continuar, que não deve propor-lhes a rescisão do contracto, está com os braços desembaraçados para continuar a manter esses engenheiros e para dar-lhes a applicação que julgar consentanea com as primeiras necessidades da provincia. Não ha pois nada de obrigatorio nem de injurioso no paragrapho proposto pela commissão. Tive esses fundamentos para propor com o meu illustre collega essa clausula. Sustento que ella convém a provincia, e que não é offensiva aos engenheiros, que nós como zeladores dos dinheiros publicos não queiramos estar com os braços cruzados depois de ver escoarem-se no primeiro anno 20:000\$ rs. em pura perda, sem esperança de uma retribuição mais ou menos proxima. Eis

a rasão porque quiz prover o orçamento, e o governo da provincia com remedio que julgo conveniente e justo sem reluctancia nem idéa de desar.

Assim pois tenho de alguma maneira justificado o paragrapho da commissão, e combatido de certo modo o adiamento do nobre deputado, porque vejo que, consultando o governo da provincia, não adiantamos nada mais além d'aquillo que já temos em nosso poder. Consequentemente heide votar pela clausula do paragrapho e contra o adiamento do nobre deputado. (Muito bem.)

O Sr. Carrão profero um discurso que logo publicaremos.

Dá a hora, fica a discussão addida.

O Sr. presidente marca a ordem do dia, e levanta a sessão ás 2 horas e 1/4 de tarde.

#### 41ª SESSÃO ORDINARIA. AOS 10 DE ABRIL DE 1856.

Presidencia do Sr. conselheiro Carneiro de Campos.

SUMARIO.—Expediente.—1ª Parte da Ordem do Dia.—2ª discussão da indicação do Sr. Carneiro de Campos. Approvação.—2ª discussão das posturas de Mogy das Cruzes. Approvação.—3ª dita do projecto de substituição. Discursos dos Srs. Queiroz Telles Junior, Queiroz Telles, e Taques. Approvação.—2ª dita do orçamento municipal.—Adiamento.—2ª Parte da Ordem do Dia.—2ª discussão do orçamento provincial. Discursos dos Srs. Carrão, Ribeiro de Andrada, Nebias, Queiroz Telles, Alves dos Santos, e Taques. Approvação dos §§ 15, 16, e 17.

A's 10 e 1/2 horas da manhã faz-se a chamada, e verifica-se haver numero legal de Srs. deputados, faltando com causa os Srs. Amador, Fonseca, barão de Guaratinguetá, Barbosa da Cunha, e Paula Toledo; e sem ella os Srs. Sertorio, Pacheco Jordão, Mello, Segurado, Emygdio da Fonseca, Barata, Pinto Porto, e Ribeiro de Andrada.

Depois da chamada comparecem os Srs. Sertorio, Emygdio da Fonseca, Pinto Porto, Segurado, e Ribeiro de Andrada.

Lê-se e approva-se a acta do antecedente. O Sr. 1º SECRETARIO menciona o seguinte

#### EXPEDIENTE.

##### OFFICIOS.

Quatro do secretario do governo: 1º, prestando as informações exigidas pela assemblea acerca da obra da nova ponte do Casqueiro contractada com A. Martin d'Estadens.—A' quem as pedio. 2º, participando terem sido sancionados os decretos criando cadeiras de primeiras letras nas freguezias de Itaquary, e Braz—creando os officios de partidores na Villa Franca,—e elevando á freguezia o lugar denominado S. Sebastião da Boa Vista, municipio da Casa Branca.—Inteirada, e para o archivo. 3º, remetendo alguns papeis relativos ás questões que tem suscitado a execução das posturas da camara de Santos, prohibindo o corte, e carregamento de palmitos para fora do municipio.—A' commissão de camaras. 4º, enviando outro do prior do Carmo desta cidade, com a relação dos escravos pertencentes ao mesmo convento.—A' quem a pedio.

##### PARCERES DE COMISSÃO.

Da commissão de camaras sobre uma representação da camara de Santa Izabel relativa a capitação de 160 rs., creada pela lei n. 26, de 23 de abril de 1849, seja considerada um imposto municipal, cobrado não pelo fabrico da matriz, concluindo por um projecto n. 30.—Dispensada a impressão á requerecimento de Sr. Corrêa, para a ordem dos trabalhos.

Da commissão de obras publicas, examinando a representação em que alguns moradores de Juquery, sollicitam providencias para se não considerar mais como estrada publica a secção da estrada da capital á Atibaia, que foi abandonada ao depois que se determinou sua mudança para aquella freguezia; opinando que a nova direcção da estrada não pódo ser sustentada á vista da disposição do art. 14 da lei do orçamento provincial n. 24, de 23 de março de 1841, e propondo que se discuta com o art. 12 § 1º do orçamento provincial.—Para se discutir com o orçamento.

##### REQUERIMENTO.

Do alferes Nicolsu da Fonseca Bueno, e Antonio Egydio da Cunha, na qualidade de fiadores do sinado ex-administrador de rendas de Ubatuba, brigadeiro Francisco de Paula Macedo, pedindo que a sua fiança se reduza á caução pela permanencia do sequestro feito em seus bens, assim de satisfazerem ao alcance do dito ex-administrador segundo a moratoria obtida da assemblea.—A' commissão de fazenda.

Lê-se mais o seguinte requerimento dos Srs. Marcondes e Paula Machado:

«Que por intermedio do governo se peçam informações á camara de Pindamonhangaba sobre o destino do dinheiro já arrecadado dos fazendeiros, pelo imposto de 20 rs. em arroba de café.—E' apoiado, e approvado.

#### PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA.

Entra em 3ª discussão o sem debate e approvada, e remetida a commissão de

redução a indicação do Sr. Carneiro de Campos.

Segue-se a 2ª discussão de uns artigos de posturas de Mogi das Cruzes; e a requerimento do Sr. Corrêa é esta discussão feita em globo.

Approvamos sem debate os artigos para passarem á 3ª discussão.

Entra em 3ª discussão o projecto fixando o subsidio dos Srs. deputados á proxima legislatura, com a emenda approva em 2ª.

O Sr. Q. JUNIOR:—Sr. presidente, julgar-me-hia escusado hoje de occupar outra vez a attenção da casa sobre este assumpto se não reconhecesse que a elevação do subsidio não pôde ser comportada pelo estado actual dos cofres provinciais. Hontem quando tomei parte na discussão desta materia, avancei esta mesma proposição; mas não apresentei a verba em que importava esse augmento, hoje porém fiz essa conta, e devo declarar que não monta a menos de 10:000\$ rs. a despesa que com esta elevação a provincia tem de carregar.

O Sr. CORRÊA:—Por isso não se ha de fazer bancarota.

O Sr. Q. JUNIOR:—Mas Srs. si de todos os lados da casa partem vozes clamando por economia, se todos os dias estamos dizendo que os cofres provinciais não tem meios para pagar a engenheiros vencendo 6 ou 7:000\$ rs., se propalamos que não podemos decretar concertos de matrizes, facturas de estradas, e outras obras de summa necessidade por estarem exhaustos os cofres provinciais, como havemos deixar de ter economia em um assumpto que tem relação com nosco?

O Sr. RIBAS:—Proponha a abolição completa do subsidio que eu voto por isso.

O Sr. MARCONDES:—E' anti-constitucional.

O Sr. Q. JUNIOR:—Eu proferia se não entendesse que era anti-constitucional.

O Sr. TAQUES:—Pois eu não proponho porque não sou lente da academia juridica.

O Sr. RIBAS:—Quem é o gaiato que deo está aparte?

O Sr. TAQUES:—O aparte foi dado por mim.

O Sr. RIBAS:—Se o nobre deputado principia a dar apartes de gaiatices estamos bem servidos.

O Sr. TAQUES:—Emitto a minha opinião.

O Sr. RIBAS:—E' promotor publico, pôde propôr a abolição do subsidio.

O Sr. PRESIDENTE:—Attenção.

O Sr. Q. JUNIOR:—Hontem fiz algumas reflexões acerca desta materia; mas não tendo obtido resposta alguma relativamente a essas minhas observações, e sómente a approvação da emenda tomo hoje o expediente de interpor os honrados membros da commissão da fazenda para que manifestem a sua opinião sobre o augmento de subsidio que se propoem, porque suas vozes mais eloquentes do que a minha, seus talentos, sua pericia consummada, emfim todas as bellas qualidades que adornão esses honrados membros poderão fazer com que oppondo-se elles a esta emenda a assembléa tomo uma deliberação contraria a emenda que approvou na 2ª discussão.

O Sr. NEBIAS:—Nada mais eloquente do que o orçamento.

O Sr. Q. JUNIOR:—O orçamento, é verdade, demonstra que os cofres provinciais estão sem meios; mas eu quizera que os honrados membros da commissão de fazenda fizessem ver mais amplamente que as nossas circumstancias financeiras podem não comportar este excesso de despesa.

Srs., lendo o relatório do Sr. vice-presidente da provincia, vejo que elle pede augmento de despesa para muitos objectos que não são consignados no orçamento provincial: pergunto eu, qual foi a razão porque a nobre commissão de fazenda não consignou no orçamento estes objectos?

Sem dúvida porque reconheco que os cofres da provincia não estavam em estado de comportar taes despesas.

O Sr. NEBIAS:—Apoiado.

O Sr. Q. JUNIOR:—Reconheco que de-

viamos ir cortando por todas as despesas que não fossem absolutamente necessarias, para não chegarem os cofres provinciais a um estado desgraçado. Assim eu vejo que a nobre commissão de fazenda por esta causa não pode annuir aos pedidos do Sr. vice-presidente da provincia, relativamente a creação de um almoxarife na casa de correção, ao augmento dos vencimentos dos guardas, a um auxilio em ponto maior para as matrizes, emfim a outros objectos que julga necessarios. Ora se existe esta causa, como havemos de augmentar a despesa elevando o nosso subsidio? Não será isto uma especie de eguismo?

O Sr. P. MACHADO:—Não votamos para nós, e sim para os membros da proxima legislatura. Não sabemos quem virá tomar assento na assembléa; se o nobre deputado sabir recoleito pôde deixar de receber a sua quota.

O Sr. Q. JUNIOR:—Eu não espero ser recoleito, nem tenho mesmo esta pretensão; mas declaro formalmente ao nobre deputado que se eu soubesse recoleito não receberia mais do que 6\$400 rs. do subsidio, mesmo quando tivesse passado a sua emenda que o eleva a 10\$ rs.

Este, julgo eu, devia ser o compartimento de todos nós, por quanto devemos estar certos que o deficit tem de existir, que a falta de braços tem de fazer passar a provincia por uma crise, que ainda não temos um meio de supprir essa falta de braços, e que a colonização pouco a pouco é que se vai desenvolvendo entre nós.

Note-se, Srs., que ainda o anno passado lançou a assembléa uma imposição sobre os lavradores de café, estabelecendo 5 por % sobre o café que é exportado directamente para os paizes estrangeiros; e não poderão dizer estes lavradores:—lançastes sobre nós uma imposição, e em vez de applical-a ao melhoramento das estradas, ao concerto das matrizes, e a outras obras de necessidade urgente, tratastes de augmentar a despesa da provincia com elevação do vosso subsidio?

Sr. presidente, infelizmente no interior da provincia já vai lavrando uma especie de descrença sobre assembléas provinciais; sim Srs., eu tenho ouvido dizer por muitas pessoas no interior da provincia que talvez fosse melhor que a assembléa provincial não se reunisse mais, pois que ella só serve para decretar impostos.

Reconheço, Sr. presidente, que é injusta esta censura; mas penso que se tratarmos de augmentar o nosso subsidio daremos ao a que se continue a dizer de nós o que não merecemos.

Srs., inevitavelmente terá de apparecer um grande deficit no orçamento provincial, se se cumprirem todas as disposições relativas a despesas que temos de votar, pois que o honrado membro da commissão de fazenda, que se senta á minha direita já nos fez ver que segundo o projecto do orçamento havia um deficit de 5:000\$ rs., deficit que sem duvida será muito maior em consequencia de emendas que se apresentarão decretando despesas, acrescentando além disso que nós votamos uma lei autorizando o presidente da provincia a gastar aquillo que fosse necessario se tivermos a infelicidade de ser a provincia invadida pelo colera morbus. Pergunto eu, Sr. presidente, se desgraçadamente este facto tiver lugar, como é natural que tenha, não deve estar o administrador da provincia abastecido de recursos para combater esse terrivel flagello e socorrer aos desvalidos? Nestas circumstancias, não será conveniente que deixemos de augmentar despesas que nenhum beneficio tem de produzir?

(Ha um aparte que não podemos ouvir.)

Sei que a elevação do subsidio dos deputados é para daqui a dois annos; mas o deficit vai crescendo de anno a anno: era muito melhor q' estes 10:000\$ rs., em q' tanto importa o augmento do subsidio, fossem empregados em algum outro objecto de utilidade para a provincia.

E não se diga tambem, Srs., que a quantia de 6\$400 rs. não chega para remunerar os deputados provinciais: confesso que realmente não chega; mas por ventura estamos nós aqui por paga? Nin-

guem o dirá? (Apoiados.) Além disto apresentarei um exemplo: os deputados geraes percebem o subsidio de 20\$ rs. diarios, pergunto eu, 20\$ rs. na corte não é um subsidio menor do que 6\$400 na cidade de S. Paulo, attentos as nomeusas despesas a que o deputado é obrigado a fazer naquella capital? Creio que sim; e por ventura já naquella camera se tratou de augmentar o subsidio de seus membros? Não; entretanto os cofres geraes estão em outras circumstancias, tem immensos recursos, e por consequente, sem difficuldade podem comportar qualquer augmento de despesa.

Sr. presidente, pararei aqui, não farei mais reflexão alguma porque julgo que a assembléa votará pelo parecer da commissão tal qual está; mas se passar a emenda do nobre deputado, elevando o subsidio dos deputados a 10\$ rs., quero que os meus comprouvianos saibão que protestei contra semelhante elevação, porque assim fico com a minha consciencia tranquilla.

Declaro mais, e desejo que esta minha declaração fique bem consignada, que se por ventura eu for recoleito, o que não é provavel, não receberei o subsidio na razão do augmento, e sim como está consignado no projecto da commissão. (Apoiados.)

O Sr. Q. TELLES:—Sr. presidente pedi a palavra para declarar que tambem voto contra a emenda, e o motivo vem a ser o seguinte: estou certissimo de que todos nós que temos a honra de occupar um assento nesta casa, quando procuramos ser deputados provinciais, somos levados pelo patriotismo, pelo desejo de representarmos a provincia, e não por interesses pecuniarios. (Apoiados.) Persuade-me mesmo que não ha na casa deputado algum que não soffra em seus interesses, abandonando suas casas e suas fazendas, para virem tomar assento na assembléa, ainda que o subsidio fosse de 10, ou 20\$ rs. (Apoiado.) O nobre deputado autor desta emenda abandonaria por ventura suas propriedades por 2 ou 3 mezes para vir a assembléa, ainda que o subsidio fosse de 50\$ rs. diarios, se não desse muita importancia a honra de representar a sua provincia, se não fosse por patriotismo? (Apoiados) Por consequente creio, e estou mesmo inteiramente convencido que o motivo que o levou a apresentar a emenda, não é por interesse algum, e sim unicamente para se dizer:—os deputados provinciais de S. Paulo, percebem o subsidio de 10\$ diarios, como uma prova da importancia de nossa provincia. Isto que se dá a respeito do nobre deputado dá-se a respeito de todos os outros; não é o interesse pecuniario que os move a virem tomar assento na assembléa antes por este facto são prejudicados em seus interesses. Por tanto entendo que o augmento do subsidio não deve passar e até me parece que o mesmo nobre deputado autor da emenda votará contra ella.

O Sr. P. MACHADO:—Apresentei-a por que entendo que é necessaria e por isso continuo a votar por ella.

O Sr. TAQUES:—Sr. presidente, ninguém mais habilitado do que eu para entrar muito desassombadamente nesta discussão.

Não tenho circulo infelizmente, não tenho esperança de voltar a assembléa provincial (não apoiados) Com a reforma eleitoral, esta honra fica unicamente franqueada as influencias das localidades e eu não tenho influencia em nem uma localidade. Assim pois é muito provavel que não me seja franqueado o portico da assembléa; passo fallar desassombadamente acerca do subsidio de que se trata, visto como não terei de perceber-o. E ainda mesmo quando fosse estabelecido em meu proveito, julgava-me em inteira liberdade para discutir a questão como ella deve ser discutida, por que presumo que nem um membro desta casa, tem por bitolla o seu interesse particular. (Apoiados)

Srs., está escripto na consciencia de todos que o honorario actualmente percebido não é bastante. Será sufficiente para o deputado provincial residente na capital, não para os fazendeiros e outros senhores que morão no interior da provincia, estes

deixão as suas casas, os seus interesses como mesmo disserão os nobres deputados q' impugnarão a emenda. Está reconhecido que elles não só consomem o seu subsidio na capital, durante o tempo das sessões como ainda o duplo e o triplo do seu bolsinho. (Apoiados) Ha mais outra consideração: veja a assembléa a fonte d'onde partio a emenda. Por ventura será ella de algum deputado que faça conta com esse pequenino subsidio?

A assembléa deve attender a esta circumstancia que não é indifferente. A emenda da partio de um fazendeiro abastado que não visa o subsidio do deputado (apoiados) elle a apresenta; por que reconhece, como todos que a quantia de 6\$400 rs. não é bastante para compensar o sacrificio que faz o deputado em estar fora de sua casa por 2 ou 3 mezes, de abandonar os seus interesses.

O Sr. Q. TELLES JUNIOR:—Nem 30\$ rs., nem mesmo 40\$ rs. compensão este sacrificio.

O Sr. TAQUES:—Bom; entretanto o nobre deputado não quer que se melhore a posição do deputado provincial: este argumento não procede, se não para se melhorar o assumpto que nos occupa.

O Sr. Q. T. JUNIOR:—O seu é que não procede.

O Sr. TAQUES:—Ainda ouvi um aparte dado por um nobre deputado que se assenta a minha direita, devo responder. Dice esse nobre deputado que opinava no sentido de revogar o subsidio. Em 1º lugar direi que se contraverte, se é constitucional o deputado provincial não receber subsidio algum; e em 2º lugar observarei ao nobre deputado que partindo esta lembrança da sua pessoa, não pôde ter merito algum. Não digo isto com animo de offender-o. Não pode ter merito algum; por quanto tendo o nobre deputado opção, não recebendo o honorario de membro da assembléa provincial, teria direito ao honorario de lente da academia juridica, que hoje é muito gordo.

O Sr. RIBAS:—Está enganado.

O Sr. TAQUES:—E Srs., será desairoso aos deputados receberem honorarios como membros da assembléa provincial, quando deixão suas casas, suas fazendas, seus interesses particulares? Na assembléa provincial concorrem todas as classes de pessoas. Ha o fazendeiro, que deixa a sua agricultura, o que soffre prejuizos vindo a assembléa, citarei para o exemplo o nobre deputado o Sr. Q. Telles. Ha o advogado q' perde a sua clientela durante o tempo que está na assembléa, ficando adistricto ao honorario de deputado; cito para exemplo o Sr. Dr. Carrão. Por ventura, a perda que soffrem estes dois Srs. tomando assento na assembléa provincial, é compensada pelo subsidio de 6\$400 rs.

O Sr. T. JUNIOR:—Tambem não ficaria compensada se o subsidio fosse de 20\$ ou de 30\$ rs. como ja observei.

O Sr. TAQUES:—Os Srs. Drs. Honorato e Godoy que se privão, vindo tomar assento na assembléa provincial, da clinica que tem como medicos, nas localidades em que residem, ficão compensados com o subsidio de 6\$400 rs.?

O Sr. T. JUNIOR:—Dou a mesma resposta.

O Sr. TAQUES:—Srs., é certo que o subsidio não é para compensar esses onus; mas é corrente que os deputados tem direito a um honorario, que não seja mesquinho.

E' necessario que eu perpasso todas as classes a que pertencem os membros desta assembléa? Srs., não vejo no paiz classe alguma de empregados que sirvão por patriotismo. Esta palavra é bella, sóa bem, serve mesmo para enganar o povo mas não passa de uma theoria que, não vejo praticada, ninguém presta serviços ao estado sem uma retribuição. Esta é a verdade: para prova basta que se attenda aos trabalhos das commissões que servem a titulo gratuito.

O Sr. T. JUNIOR da um rparte que não podemos ouvir.

O Sr. TAQUES:—Eu desejava estar na posição do nobre deputado, desejava ser um fazendeiro abastado, um Creso que podesse deixar meus commodos e interesses para vir a assembléa prestar serviços á

provincia sem uma retribuição, deixando mesmo a vantagem da opção. So eu estivesse nessa posição diria á boca cheia, como dice o nobre deputado:—desejo que os membros da assembléa provincial não tenham subsidio algum por que os cofres da provincia não podem comportar esta despesa, as nossas circumstancias financeiras são assustadoras.

O Sr. T. JUNIOR:—Contentemo-nos com os 6\$400 rs.

O Sr. TAQUES:—O nobre deputado não pode applicar este seu argumento a mim; estamos legislando para os membros da assembléa futura, a qual não tenho esperanças de pertencer por que não sou influencia com o nobre deputado.

O Sr. T. JUNIOR:—Não apoiado.

(Continua).

Tendo-se publicado este discurso do Sr deputado Corrêa, em o numero 401 proferido na sessão de 8 do corrente com umavel erro do paginação, por isso damos-o agora completo.

O Sr. CORREIA:—Sr. presidente, quando apresentei a indicação que se discute, estava convencido de que exprimia uma idéa utilissima que devia transitar na assembléa sem que houvesse opposição; entretanto um honrado membro, na sessão ultima, fez-me algumas objecções, qualificando de improcedentes os fundamentos em que baseei a indicação, e que não deduzidos do aviso do ministerio da fazenda.

E' admiravel a susceptibilidade governista com que se tem ostentado nesta casa o honrado membro que buscou combater a indicação! Quando se trata de um projecto relativo á impostos sobre escravos de conventos, elle immediatamente fez um requerimento de ordem dando outra direcção ao projecto, querendo que se consultasse ao governo, e que se lhe pedisse uma estatística acerca do numero desses escravos.

Não parou aqui o illustre deputado, proseguiu na sua tendencia governista. Quando se discutia o projecto da criação de novas comarcas na provincia igualmente manifestou a mesma tendencia; a susceptibilidade porém do nobre deputado é uma illusão porque o governo não se mostraria scandalizado com a passagem do projecto, e nem este seria um obstaculo ás vistas do mesmo governo: assim pois o honrado membro collocou-se na posição de sempre tomar a nuvem por Junho.

Logo que a indicação entrou em primeira discussão, já o nobre deputado combateu-a entendendo que se devia apresental-a formulada com todos os seus fundamentos, e que era sua opinião que a indicação assim como se achava deveria soffrer tres discussões, e que depois de confeccionada a representação pela commissão de redacção devia, por seu turno, passar pelo mesmo numero de discussões. Appelou-se então para os precedentes da assembléa, e o honrado membro disse que pouca alcance dava aos precedentes dos corpos legislativos, ao que observei em um aparte que na Inglaterra o parlamento quasi que se regia exclusivamente pelos precedentes; creio que o nobre deputado até duvidou desta asserção.

O Sr. CARREÁ:—Não, senhor, antes a confirmei.

O Sr. CORREIA:—A' respeito de apresentar-se uma indicação de representação ainda não redigida, com tendo porém o pensamento, a idéa do objecto, tem sido precedente desta casa, como lembrou o illustre deputa do Sr. Alves dos Santos: elle nos disse que até 1832 tinham sido os precedentes varios, e depois se estabeleceu que as indicações tivessem tres discussões, e quando approvadas, fossem remetidas á commissão de redacção para as redigir. Assim se procedeu quando esta assembléa se congratulou com o governo imperial pelo triumpho de nossas armas na batalha de Monte Caseros; assim também se procedeu quando o Sr. deputado Sampaio Peixoto apresentou uma indicação para que a assembléa dirigisse ao throno um voto de pezar pela morte do principe Imperial, e agora offerece o digno presidente desta assembléa uma indicação não redigida, porém contendo só o pensamento, a idéa que deve ser formulada; e certamente ninguem deixará de reconhecer o peso que merecem as opiniões do illustre presidente da assembléa.

Disse em seu ultimo discurso o honrado membro a quem respondo, que não achava muito fortes os fundamentos da representação, isto é, que se o aviso do ministerio da fazenda fundava-se nos tres principios que alleguei, não via razão para que se representasse ao governo imperial. Entendo porém que os fundamentos consignados no aviso, são sem duvida precedentes; o primeiro é, que não havendo difficuldade de pessoal habilitado nesta provincia não se deve conservar o inspector geral com attribuições provinciais. De certo este fundamento é verdadeiro; uma capital como esta, civilizada não tem falta de homens que tenham as habilitações precisas para bem exercer funções publicas.

O segundo fundamento é que o desempenho dos respectivos trabalhos se prejudica mutuamente, com especialidade achando se as repartições em edificios diferentes. Já disse na exposição de motivos da indicação que o ministro foi por ventura mal informado á respeito da contadoria, por quanto não havia essa divisão que elle suppunha; e tanto a contadoria está no mesmo edificio, debaixo do mesmo tecto, que até ha entre ella e a secretaria da thesouraria comunicação pelo interior; nessa occasião observei todavia que, achando-se reunida pelo espaço de 21 annos ambas as thesourarias geral e provincial, sob a direcção de um só chefe não se haviam prejudicado os respectivos trabalhos, sendo innegavel que se este fundamento do ministerio da fazenda resultasse de factos elle teria procedencia.

O terceiro fundamento parece-me valioso, pois na verdade podem concorrer negocios entre ambas as repartições, cuja solução affectem interesses reciprocos; e que é da primeira intuição.

Dados esses principios disse eu que a illustre commissão de fazenda devia ter apresentado um projecto que fosse completo, creando não só um inspector pro-

vincial, como também um thesoureiro, e um fiel, e demonstrei os inconvenientes que existirão se por ventura a separação não fosse absoluta do pessoal e do edificio; mas que para conseguirmos isto actualmente iriamos carregar com excessivo dispendio.

Presentemente não temos casa propria, não temos mobilia, não temos commodidades para o estabelecimento da inspectoria provincial, e consequentemente é preciso tudo crear, o que é gravoso ao actual estado financeiro da provincia.

Pelo calculo que mostrei, não tratando da compra de uma casa para este fim, mas simplesmente do seu alluguer vê-se que a despesa monta a 13:927\$650.

Por consequencia devemos representar ao governo imperial, que permita por algum tempo mais a integridade das duas repartições. A separação exclusiva do lugar de inspector provincial não traz vantagem alguma á provincia, porque se se fizer essa unica separação, conservando-se entretanto o thesoureiro e o fiel com encargos accumulados nada melhorar-se-ha.

Assim pois é necessaria a separação absoluta de todos os empregados da thesouraria, e também do edificio. Onde o novo inspector ha de dar as suas sessões de junta de justiça, onde ha de funcionar, sendo indispensavel que todos os empregados da repartição, estejam debaixo de suas vistas? O argumento mais forte para representarmos aos supremos poderes do estado assim de que conserve a integridade das repartições é que a provincia não pôde actualmente fazer o sacrificio de semelhante despesa, quando ha outras muitas necessidadas que reclamão providencias que importão despesas bem elevadas.

Em vista disto, Sr. presidente, espero que a assembléa approve em discussão a indicação.

Não havendo mais quem peça a palavra, e posta a votos é approvada a indicação para passar a 3ª discussão.

Entrão em 3ª discussão, e sem debate são approvadas e remetidas a commissão de redacção, as posturas de Itú.

### ANNUNCIOS.

FUGIO da fazenda de S. João do Rio do Peixe, pertencente a João da Costa Gomes Leitão, de Jacarehy, no dia 24 de março de 1856, o escravo seguinte a saber:

Joaquim crioulo, diz que de S. Paulo, comprado a Prudente Pires Monteiro de Campinas e tem os signaes seguintes, altura regular, rosto redondo, olhos regulares, bons dentes, é quasi cabra, e tem 24 annos pouco mais ou menos, pernas finas, e na esquerda tem signal de ferida perto do pé. Pés regulares, tendo a falta de uma unha no dedo grande do pé esquerdo, e tem signal de uma queimadura no peito, elle também entende do officio de caldeireiro.

Levou roupa no corpo, de algodão, e surtum de baeta azul, com gola e algibeiras, de baeta vermelha, e uma baeta azul, por coberta.

Gratifica-se a quem o entregar na mencionada fazenda, ou a seu senhor em Jacarehy, e nesta cidade ao Sr. Joaquim Timoteo de Araujo rua do Rozario.

Pelo juizo de orfãos da cidade de Santos tem de ser arrematada em praça publica no dia 8 de maio proximo futuro uma fazenda contendo muito e boas terras proprias, com todas as suas fabricas montadas para o fabrico de agoar-dente, tendo boa e espaçosa casa de vivenda, e todos os mais utensis necessarios; assim com se arrematará uma casa na varzêa grande com bastantes terrenos a foto perpetuo; e também uma chacara na Barra grande com bastante arvoredos e uma excellente casa de moradia e terras proprias, o que tudo se arrematara por ter pertencido em partilha a herdeiros menores; assim como 14 escravos de ambos os sexos. As avaliações que são modicas se poderão ver no respectivo cartorio. Santos 10 de abril de 1856. (1—3)

A proprietaria do estabelecimento do Rio Grande, caminho de S. Paulo a Santos, faz publico, que em consequencia de circumstancias sobrevindas, resolveo levantar um pouco os preços de suas conduções, como consta da tabela junta, que começará a ter vigor ao primeiro de maio em diante. Os encarregados de atenderem aos pedidos dos Srs. que quizerem alugar animaes continuão a ser em S. Paulo ao Sr. Felix do Azevedo Pereira Coutinho, e em Santos o Sr. Joaquim da Silva Pinto. A proprietaria se achará sempre no estabelecimento.

A proprietaria aproveit o ensejo para agradecer ao respectivo publico o interesse e confiança com que a honrão, e que ella procurará esforçar-se por continuar a mercocer.

**Tabela.**

De S. Paulo a Santos, e vice-versa, com preços	98.000	9.000	8.000
Para Campinas	8.200	20.000	18.000
Para Mogimilim	10.500	25.000	20.000
Para Sorocaba	8.800	20.000	18.000
Para Itapetinga	10.500	25.000	20.000
Para Itá	8.500	20.000	18.000
Para Bragança	8.500	20.000	18.000
Para Mogimilim-Cruzeiro	8.500	20.000	18.000
Para Jacarehy	8.500	20.000	18.000
Para Taubaté	8.500	20.000	18.000
Para outros lugares mais distantes, serão preços ajustados.			
Os dias que excederem aos marcados na pauta acima, pagarão mais 4\$000 por dia em Bangué, e 1\$000 por animal de sella ou carga.			

### ATENÇÃO.

JOAQUIM Marcellino da Silva, convida a todas as pessoas e principalmente a seus freguezes que queirão comprar fazendas pelos custos do Rio de Janeiro mesmo sem despesas, que compareção na sua loja pateo da Sé n. 1 que se venderá tudo sem reserva, mas isto neste mez, por ter de fazer leilão do resto no principio do mez de maio proximo futuro. (—1)

JOAQUIM Marcellino da Silva, roga a todos seus freguezes que tem contas em sua casa que vontão satisfazer seus debitos até o fim do mez de maio proximo futuro vista ter-se de acabar com a loja até o dito tempo, e ao mesmo tempo offerece as fazendas que existem na mesma loja pelos custos do Rio sem despesa tanto a retalho como atacado. (—1)

O abaixo assignado morador nesta cidade na rua do Quartel n. 44 faz sienta a todos os devedores da massa fallida do alferes Antonio José Fernandes, tanto por obrigações, como por contas de livros; que da data deste em diante, só pagarão a elle annunciante, ou a pessoa por elle autorizada as dividas que anteriormente pertencião a mesma massa fallida, por ser elle annunciante senhor das mesmas dividas, e ter todo o direito sobre ellas, cujos devedores já forão seus nomes publicados não só nesta folha como no Ypiranga. S. Paulo 7 de março de 1856.—José Theodoro Xavier.

14 Rua de Thereza 14  
Marmotant Victor.

PARTICIPA a seus freguezes que tem um grande sortimento de bengallas de 640 reis até 35\$000, espelhos de trilleto, botoens de peitos, de punhos, e abotoaduras para colletes, tudo de optimo plaqué, luvas de seda e de fio da Persia a 2\$000, tanto de homens como para senhoras. Tem igualmente um grande sortimento de guarda chuvas, de seda de 5\$000 até 18\$000, e de senhoras de 4\$000 a 8\$000. Grande e variado sortimento de perfumarias de todas as qua-

lidades que se podem desejar, e muitos outros objectos que seria longo enumerar. Na mesma casa concertão-se todas as qualidades de guardas chuvas, com promptidão, e por preços razoaveis; e também se vendê o verdadeiro sabão vegetal para tirar nodos, sem alterar as côres das fazendas, preço 500 reis. (2—)

EM 26 de Março d'este anno fugirão da cidade de Sorocaba a Bento José Ribeiro tres escravos, Ferdando, de nação, baixo, cheio de corpo, falta de alguns dentes, os dedos grandes dos pés um pouco virados para fora; levou camiza e calça de algodão da terra, chapéo de palha de junco, alguns cabellos brancos, idade 35 annos.—Pedro, de nação, idade 32 annos, bem feito, bonita figura, pouca barba.—Joaquim, crioulo, idade 34 annos, estatura regular, magro, falta de dentes, é muito diligente, e tem principios de alfaiate, com um signal redondo na cara perto do olho direito quasi invizivel; quem d'elles tiver noticia e os levar a seu senhor, ou os entregar n'esta cidade a Antonio José Ribeiro da Silva receberá boa gratificação.

### Bilhares.

NA rua do commercio n. 13 ha para vender um riquissimo Bilhar chegado á pouco do Rio de Janeiro. é o melhor que se pode encontrar em Bilhares, e vende-se pelo custo perdendo-se as despesas que fez até esta cidade. Na mesma casa ha um outro para se vender por diminuto preço. Quem os pertender dirija-se a mesma casa acima, que achará com quem tratar. (4—)

EYSSIER, recentemente estabelecido nesta capital, na rua do Rozario n. 59, tem a honra de participar ao respectavel publico, que acaba de abrir um salão para cortar cabellos; o que está disposto a ir ás casas das familias que quizerem honral-o com sua confiança para encarregar-se dos penteados das senhoras. Igualmente encarrega-se de tudo quanto diz respeito a sua arte de cabellereiro.

O mesmo precisa de um aprendiz de 10 a 15 annos preferindo o que seja de côr. (4—)

O abaixo assignado procurador bastante do Sr. José Antonio Coelho nesta cidade, roga a todas as pessoas que são devedoras ao mesmo Sr. Coelho, e antiga firma de Coelho, &c. Texeira queirão vir satisfazer seus debitos quanto antes, pois que do contrario o annunciante empregará os meios judiciais a fim de realisar taes cobranças.—S. Paulo 7 abril de 1856.—José Theodoro Xavier.

FUGIO dos arrabaldes de Santos um negro de nação congo de nome Antonio pertencente a H. Bastide, estatura regular, alguns, cabellos brancos, e pouca barba, uns signaes de feridas nas pernas, levou consigo um cobertor de chadres grande, côr parda.

Quem o levar em São Paulo a rua do Rozario n. 6 em casa de Guilherme Caetano da Silva, ou der noticias certas receberá uma boa gratificação.

Desconfia-se que elle tenha tomado o caminho de Minas por ter estado bastante tempo nessa provincia. (2—3)

QUEM precisar de pedra para calçada, e para paredes e pilares, dirija-se á rua do Rosario loja n. 57.

PRECISA-SE de um feitor para o serviço de chacaras.—Para tratar na chacara do Pacaembú.

Quarta-feira 16 de abril de 1856.  
BENEFICIO DE FRANCISCO LUIZ ESTEVES.  
Subirá á scena o muito bello drama do Sr. Dr. Falcão Junior.  
O MENDIGO DE S. PAULO.  
Terminará com a jocosa farça.  
A CAMARA DE MINAA MULHER.  
S. Paulo.—1856.—Typ. Imperial.